

Selbach/RS, 08 de Julho de 2022.

**PARECER JURÍDICO 075/2022.**

**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI MUNICIPAL 075/2022, ORIGINÁRIO DO PODER EXECUTIVO.  
**TRAMITAÇÃO:** REGIME NORMAL  
**FUNDAMENTAÇÃO:** COMPETÊNCIA DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ARTIGO 7, INCISO II

Vem a exame dessa Assessoria, para parecer, por solicitação do Presidente da Mesa Diretora, o Projeto de Lei Municipal nº 075/2022, que *"Retifica os Requisitos para Recrutamento ao Cargo de Agente Educacional e Dá Outras Providências"*

O Projeto de Lei apresentado não fere nenhum Princípio Constitucional, Federal, Estadual ou Municipal, estando de acordo com o estabelecido no artigo 7, Inciso II, da Lei Orgânica do Município de Selbach, e artigo 30, inciso I e do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, logo, é pertinente nos moldes da legalidade quanto ao objeto a que se destina.

**Art.7º – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:**  
II – Decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

**Art. 30 – Compete aos Municípios:**  
I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

**Art.37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

[...]

Desta forma, opino pela constitucionalidade do teor do Projeto de Lei e seus afins, portanto, este é legal sob o ponto de vista jurídico, podendo ser apreciado e votado pelos pares Edis desta Câmara Municipal de Vereadores.

É o parecer.

**Valeska Hammes Maldaner**  
Assessora Jurídica  
OAB-RS 119.761